

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e sete, na sala de reuniões da CGA - Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Franciane de Fátima Marques, Antonio Maffezoli Leite, Roque Jerônimo Andrade, Noadir Marques da Silva Junior, Vitore André Zilio Maximiano, Carlos Weis, Wagner Giron de La Torre e Willian Fernandes. Ausentes, justificadamente, Victor Hugo Albernaz Junior, Daniela Sollberger Cembranelli. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min. Instalada a sessão, a Presidente saudou os presentes e explicou aos Conselheiros como será feito o desagravo ao Defensor Público Menésio. Encaminhou para votação. Aprovado. Convidou Dr. Menésio para compor a mesa. Inicialmente o Conselheiro Relator Wagner Girón de La Torre leu o relatório e voto que levou este conselho a decidir pela sessão solene de desagravo no processo CSDP nº 542/07 em 13/04/2007 na 43ª sessão do Conselho Superior. A Presidente abriu a palavra aos colegas inscritos para manifestação. Dr Pedro Avelar saúda todos. Informou que sempre houve ofensas aos Defensores Públicos por promotores e juizes. Citou um caso em que foi ofendido por um promotor de justiça e que, na ocasião entrou com uma ação de danos morais. Esclareceu que esta atitude o ofereceu mais respeito. Revelou o quanto é penoso o trabalho nos Tribunais de Júri. Que as conseqüências, refletem também na vida pessoal. Esclareceu que os não conseguirão derrubar o que conquistamos ao longo do tempo. Manifestou profundo apreço pelo Dr. Menésio. Parabenizou o Conselho por ter aprovado este desagravo. A presidente agradeceu Dr. Pedro Avellar. Dra. Juliana Belloque esclareceu que construiu junto ao Dr. Menésio a carreira de Defensor no Tribunal do Júri. Revelou que com ele aprendeu o tratamento com todos, principalmente com os assistidos. Informou que o mesmo não tem limites para atuar e defender o assistido. Falou de sua compaixão e dedicação, que incomodou e o fez ser ofendido. Solicitou que este ato signifique um fim aos abusos cometidos. Que seja um ato de fortalecimento pela gana e garra que os Defensores do Júri. A presidente agradeceu e abriu a palavra ao Dr. Davi Eduardo Depiné Filho que manifestou seu apreço por participar da sessão mais importante do Conselho Superior. Disse que esta defesa não é somente do Dr. Menésio e sim de todos os que são Defensores que atuam no Júri. Parabenizou o Conselho Superior pela iniciativa. Informou que na semana passada o mesmo promotor ofendeu a Defensoria Pública em geral. Informou que a APADEP continuará sua luta. A Presidente abriu a palavra ao Dr. Ricardo Constante. Esclareceu a falta que o Dr. Menésio está fazendo no Júri. Disse que o desagravo é um ato de renovação do desrespeito. Falou que esta situação é diária no júri. Informou que a defesa do Dr. Menésio foi tão competente que acabou incomodando e por isso foi ofendido e desrespeitado no exercício da função. Manifestou que o desagravo é um ato de demonstração do repúdio a este tipo de conduta. A Presidente abriu a palavra ao Dr. Adenor que declarou ser amigo de Menésio e que este é uma pessoa especial. Relatou momentos difíceis que enfrentam no Júri. Esclareceu que estão lá só os capazes e guerreiros. Revelou o determinismo do agravado. Citou fatos que revelam desatinadas atitudes dos promotores e juizes que desrespeitam tanto o defensor como o assistido. Homenageou Dr. Menésio com uma frase que ouviu de um juiz honesto. A Presidente justificou a ausência de Dra. Daniela. Abriu a palavra aos Conselheiros. O

Conselheiro Roque justificou a ausência do Conselheiro Victor Hugo. Manifestou que esta sessão solene é um elogio ao Dr. Menésio, por ser um grande profissional. Informou que tem todo apoio da instituição. Citou o absurdo que é a atitude dos promotores neste caso. A Conselheira Franciane prestou solidariedade ao agravado. Relatou sua competência e coragem. Informou que na PGE o apoio lhes era negado e por isso tem muito orgulho da Defensoria Pública. O Conselheiro Carlos Loureiro falou que vivemos momentos sombrios que fazem com que trabalhem para iluminarmos estes momentos. Manifestou-se sobre a união da carreira. Que a Defensoria Pública veio pra mudar o que de ruim. Agradeceu Dr. Menésio pela coragem de trazer isso a carreira. O Conselheiro Antonio falou que a instituição deve tomar atitude para finalizar estas situações. Relatou a má postura dos promotores e juizes com a Defensoria Pública. Falou da importância desta reunião para que Dr. Menésio não se sintá sozinho. O Conselheiro Vitore manifestou-se com relação à justa homenagem ao colega que estava no cumprimento de suas funções e foi atacado. Falou que deve ser mantido o respeito no Júri. Demonstrou sua tristeza ao receber notícias destes episódios, pois traz vulnerabilidade aos assistido e aos colegas. Falou que esta vulnerabilidade é compensada pela fortaleza dos atuantes do júri. Falou da grandeza da função do defensor no tribunal do júri. Elogiou a fortaleza de Dr. Menésio. Falou para se sentir desagradado por ter sido ofendido no cumprimento de sua função. O Conselheiro Carlos Weis manifestou-se com relação às palavras dos colegas do júri. Falou do tribunal do júri. Que este desagradado é uma manifestação de força desta nova carreira. Falou que há um caráter intimidatório da defensoria no júri, por isso estes ataques. Falou que a instituição veio para colocar a balança do direito no lugar, pois estava pendendo. Citou fatos em que foi agravado. Falou que a defensoria neste momento está mudando a história. Que está sendo criado uma política de atuação no Tribunal do Júri. Sugeriu que o Presidente da sessão da data do agravo seja noticiado de que houve o desagradado. O Conselheiro Noadir esclareceu que a instituição surgiu para defender o lado mais fraco. Que foram tidos como loucos quando optaram pela carreira. Falou que a injustiça ocorreu porque o agravado é gigante e estava incomodando. Que representou e deu sua vida aos assistidos. Declarou que o Ministério Público é uma instituição maior que estas pessoas que o agravaram. Parabenizou Dr. Menesio pela luta. O Conselheiro Willian parabenizou primeiramente o relator Wagner pelo voto. Manifestou-se com relação à mudança que a defensoria esta fazendo. Relatou que todas as vezes que encontrou Dr. Menesio, conversaram sobre o que a defensoria esta fazendo em benefício ao usuário, o que demonstra o respeito para com os assistidos e o motivo pelo qual foi ofendido. Citou uma frase de um livro que leu que demonstra a atuação do agravado. O Conselheiro Wagner relatou que Dr. Menésio percebeu que as ofensas foram rogadas a Instituição. Manifestou sua preocupação com essas ofensas. Solicitou a Presidência que informe esta representação para demonstrar que estamos lutando contra isso. Pediu para que seja feita representação com relação à resolução ao núcleo de direitos humanos. A presidente falou que o ofício da sessão do desagradado e da resolução já esta sendo providenciado. Endossou todas as palavras ditas antes pelos colegas. Demonstrou seu respeito pelo trabalho do agravado. Esclareceu que os colegas do júri podem contar com o amparo da Instituição. Manifestou-se sobre a importância do primeiro desagradado. Esclareceu que as ofensas precisam ter um fim. Que o conflito é inevitável no Júri, mas as ofensas são evitáveis. Informou que haverá uma posição firme da Instituição. Abriu a palavra ao Dr. Menésio que agradeceu a todos. Falou que poderia ser prudente não usar a palavra para aproveitar tudo o que foi dito. Relatou que seu primeiro Júri foi com Dr. Pedro Avelar. Que aprendeu com ele ter paciência e respeito

pelo assistido. Falou que na época poderia ter desistido, mas não se sentiu neste direito. Relatou seu trabalho com Dra Juliana, do medo dos dois de irem para o júri. Da dificuldade da opção de, como dizem, defender bandidos. Decidiram enfrentar a situação. Citou a capacidade do novo Dr Ivan. Falou que a sociedade esta colhendo fruto do que é. Falou do Dr. Davi, que foi o primeiro que tomou as rédeas da situação quando ocorreu o fato. Citou a palestra que foi dada de como é o Júri. Falou do Dr. Carlos Loureiro, de sua capacidade. Que quando chegou a noticia do desagravo, como forma de elogio, pensou que tem muitos defensores capazes que não tem como citar todos porque não há tempo. Relatou o caso em que foi agravado. Falou que o que fizeram por ele hoje é algo magnífico, esplendido e que devolverá isto àqueles que esperam nossos trabalhos. Que as injustiças são enormes e que vamos lutar contra isso. A presidente da sessão declarou Dr. Menésio desagravado. Suspensão de 5 minutos. Reinstalada sessão, a Presidente propôs inversão à ordem dos trabalhos para iniciar o momento aberto. Aprovado. A Presidente abriu a palavra aos inscritos e esclareceu que regimentalmente a palavra é de 5 minutos. Dr. Sergio Locateli falou do protocolo que fez para instalação de núcleo dos idosos e da família. Solicitou aos Conselheiros que analisem porque é uma necessidade da Defensoria. Solicitou a criação de um curso de prática. Amanda Polastro reiterou o pedido do Dr Sergio. Falou das triagens nos finais de semana. Informou grupos de estudo que estão montando. Solicitou regulamentação prévia. O Conselheiro Vitore a parabenizou pela coordenação da regional norte/oeste. Fernanda Damasco, da Apeoesp, informou as dificuldades que passa para conseguir vaga na creche de Carapicuíba, o que lhe dificulta também de conseguir emprego. Informou que quem tem conhecidos na creche são chamadas e ela que fez a inscrição não é chamada. Pediu ajuda a Defensoria. Ana Carolina S. A. Godoy, também de Carapicuíba, informou que têm as mesmas dificuldades da colega e que Carapicuíba só tem uma creche. Dr. Aparecido, coordenador de Osasco informou as dificuldades que estão enfrentando. Priscila Peixoto Figueira, Presidente do Conselho da Apeoesp de Carapicuíba agradeceu a oportunidade de se manifestar na Defensoria, porque já tentou em outros órgãos e não foi ouvida. Informou a gravidade da situação das mães em Carapicuíba. Informou que Carapicuíba iria receber verbas para construção de escolas e que a obra está abandonada. Falou que viu officio de que todas as escolas foram construídas. Esclareceu que a educação é fundamental para a população e vem aqui para pedir que se encaminhe aos órgãos competentes para que resolvam. Informou dossiê que foi feito. Sílvia Regina Fracasso, da União de Mulheres, informou que sua irmã fez um boletim de ocorrência por agressão do marido e que nenhuma atitude foi tomada. Informou que logo após foi assassinada. Pediu ajuda para que justiça seja aplicada a lei Maria da Penha. Reginaldo. Maria Zélia Brito, do Conselho Municipal da Criança, agradeceram a oportunidade. Informaram o trabalho feito com as crianças e adolescentes em Guarulhos. Informaram que garotos que cometem ato infracional são aprisionados em uma salinha, são impedidos de receber visitas de seus pais e conselho tutelar. Informaram a situação das meninas também. Solicitou um curso de formação de liderança. Informaram a situação dos idosos. Falou que os conselhos tutelares não sabem mais o que fazer com os pedidos de reintegração de posses. Falou da situação precária das creches da região. Pediu uma atenção especial para Mairiporã e Guarulhos. Citaram a situação complicada dos adolescentes assassinados. Pediram ajuda a defensoria. Falou da cidade de Guarulhos, que é uma cidade dinâmica e que lutam e são ousados. Palmira, também do Conselho tutelar de Guarulhos reforçou o que foi falado em relação a cela das meninas. Informou que o local é subumano. Falou que quando foi reclamado, pintaram a celinha como se resolvessem o problema. Há negligência

em relação a visitas. Falou da gravidade das situações de creche. Relatou o problema de extermínio e agressões. A Presidente do Conselho falou que é importante a ligação dos conselhos tutelares com os núcleos da defensoria. Dr. Marcelo informou que a defensoria já está atuando e que os documentos da celinha estão na Regional. A presidente informou que a questão da criança e do adolescente é prioridade para a Defensoria. Informou a previsão para a defensoria Pública assumir a vara da infância e da juventude em Guarulhos. Com relação às creches solicitou que enviem ofício formal ao Dr. Aparecido para que seja tratada esta questão. Dr. Wagner informou que esta coletando dados na região de Taubaté para mover uma Ação Civil Pública. Sugeriu que entrem em contato com o Dr. Flavio Frasseto, coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. O Conselheiro Willian manifestou-se a respeito. O Conselheiro Vitore manifestou-se com relação a morte brutal da irmã de Silvia. Falou que do ponto de vista do processo, dá pra levantar informações e colocou-se a disposição. O Conselheiro Antonio observou que o mais importante é verificar a omissão dos policiais em relação ao primeiro boletim de ocorrência. Que deve ser levantada a questão de omissão de aparato policial. O Conselheiro Willian sugeriu que o conselho tivesse um relatório dos casos que vem sendo colocados no momento aberto. Dra. Cristina solicitou que este relatório seja encaminhado ao núcleo. O Conselheiro Noadir sugeriu que façam este encaminhamento agora ao Dr. Cláudio, coordenador do Núcleo especializado de Direitos humanos. O Conselheiro Vitore informou que vão reforçar a área de Guarulhos para que possam fazer triagem, mas para isso precisam de um novo prédio e de mais defensores. Fábio de Carapicuíba entregou a Presidente da sessão o dossiê feito. Dr. Davi Eduardo Depiné filho, Presidente da APADEP, esclareceu que a Defensoria esta fazendo uma revolução social na cidade de São Paulo. Que a participação da sociedade civil é muito importante. Falou que a defensoria não tem quadro suficiente para atender todas as demandas. Solicitou ao Dr. Willian que passe para as pessoas da sociedade civil que solicitem ao governo mais vagas para a defensoria. Descreveu o que ocorreu em Brasília esta semana. Informou que a Casa Civil está pendendo a concordar com a aprovação da PEC. Falou que as pré-conferências de São Paulo foram elogiadas por Boaventura de Souza Santos. Informou que a questão remuneratória dos defensores é questão prioritária para a APADEP porque é preocupante a quantidade de reclamações. Falou que não vão conseguir manter este quadro com a remuneração. É necessário ações concretas. A Presidente esclareceu relatório final da Conferência Estadual. Informou que foi encaminhado aos delegados para parecer e que segunda-feira terão de volta para fechar e encaminhar ao Conselho. Informou que dentro do plano anual de atuação da Defensoria, é possível verificar a criação de novos núcleos especializados. Com relação a questão a remuneração dos flagrantes, trazidas por Dr. Sergio, falou que isto é atribuição de cada defensor da sua banca. Propôs uma comissão para definição das bancas. Em relação aos cursos práticos dos novos e de formação de liderança informou que serão encaminhados como sugestão a Dra Flavia. Informou que solicitou a ela vir periodicamente ao Conselho. Dr. Davi pediu agilidade da diretora da escola em relação aos pedidos feitos. Dra Cristina informou que sugeriu para Dra. Flavia um informativo semanal. Informou que na próxima semana haverá sessão do CONDEGE e que será candidata a presidência deste. Informou as chapas concorrentes. A Presidente encaminhou para votação a data da próxima sessão do Conselho Superior. Aprovada sessão na sexta feira. Informou que foram aprovadas as contas de 2006 pelo TCE. Sobre a questão remuneratória informou que o projeto com o novo parecer está na Casa Civil, concordando com subsídio desde que remuneração maior. Relatou reunião com o Secretário Marrei esta

semana e colocou a ele que a pressão com a entrada dos novos aumentou. Cobrou uma definição do governo. O Secretário informou que antes de ser resolvida a questão remuneratória da Polícia Militar do Estado, nenhuma outra questão remuneratória será decidida. O Conselheiro Vitore falou que estão limitados, mas que tem que ser resolvida esta questão este semestre. Falou que entende a situação difícil dos novos. O Conselheiro Willian solicitou resultados das pré-conferências. Relatou reunião com todos os ouvidores do Estado. O Conselheiro Vitore informou a situação do Fórum de Guarulhos. Viram as plantas com o espaço destinado a Defensoria Pública e ao Ministério Público. Dr. Aparecido informou que foi anunciada a construção de um Fórum na região de Carapicuíba. O Conselheiro Wagner relatou reunião com os novos a semana passada. Informou que foi feita escala de trabalho para gratificação. A presidente e o Conselheiro Vitore aconselharam cuidado para instituírem os plantões neste momento. Dra Cristina esclareceu que precisa de uma relação geral para poder instituir de uma vez só e uniformemente. O Conselheiro Noadir justificou a ausência da semana passada. Falou da questão de fixação de banca. Sugeriu não fixar bancas e sim atribuições funcionais. Falou dos problemas que a banca pode causar. Pediu acessos aos dados da avaliação do curso dos novos. A Conselheira Franciane parabenizou Davi pela atuação da APADEP. Falou que depois que a APADEP passou uma atuação mais efetiva a carreira deu uma acalmada. Falou que está preocupada com as reuniões do conselho, porque a demanda de participantes é grande e nem todos podem ficar até mais tarde, pois as atribuições aumentaram e que a reunião está se estendendo muito. Solicitou solução a isso. A presidente sugeriu formação de um Grupo para solucionar as bancas. Discutem quem pode formar o grupo. Dra Cristina incumbiu Carlos Weis de montar o grupo. Não havendo mais manifestações por parte dos conselheiros, passou-se a ordem do dia. A Presidente sugeriu inversão à ordem do dia. Aprovada. CSDP Nº 650/07. Interessada: Cristina Guelfi Gonçalves – Defensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 18/06 que regulamenta ratificação prevista no artigo 17 das Disposições Transitórias da Lei Complementar 988/06. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. Dra Cristina propôs limitar os plantões. O conselheiro Antonio citou as dúvidas em relação aos problemas que podem surgir em relação as demandas de plantões do interior. Dr. Davi sugeriu criação de critério de distribuição. O Conselheiro Antonio falou que deve ser avaliada a necessidade e a conveniência dos plantões e não só o ponto de vista remuneratório. Dra Cristina explicou os reflexos na questão financeira. O Conselheiro Vitore sugeriu uma sessão extraordinária na próxima terça ou quarta-feira. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar discussão e votação para 4º sessão extraordinária, no dia 26/06/2007, às 10 horas. CSDP 648/07. Interessado: Carlos Henrique Acirón Loureiro. Assunto: Proposta de Deliberação para que os novos Defensores possam se inscrever para atuar como colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a Proposta de Deliberação para que os novos Defensores Públicos possam se inscrever para atuar como colaboradores dos Núcleos Especializados. CSDP 647/07. Interessado: Renato Campos Pinto de Vitto. Assunto: Proposta do Plano Plurianual para os exercícios de 2008 à 2011. Relator: Conselheiro Wagner Giron de La Torre. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado DELIBEROU, por unanimidade, converter o processo em diligência. CSDP nº 538/07. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Regulamentação do encontro anual de Defensores Públicos, no que diz respeito à formulação de teses institucionais. Relator:

Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para próxima sessão. CSDP n.º 591/07. Interessado: Carlos Weis, Fabiano Brandão Majorana, Flávia D'Urso e Roque Jerônimo Andrade. Assunto: Proposta do Grupo de trabalho criado para estudar questões referentes aos parâmetros mínimos de qualidade, rotinas administrativas, autonomia e independência funcional. Relator: Conselheiro Victor Hugo Albernaz Junior. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para próxima sessão. CSDP n.º 592/07. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Proposta de edição de Deliberação dispoendo sobre o modo de controle do comparecimento dos Defensores Públicos afastados nos termos da Deliberação CSDP 27/07 e permissão de providências pela Corregedoria-Geral. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para próxima sessão. Aprovado. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Presidente do Conselho Superior deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto Diretora de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, vinte e dois de junho de 2007.



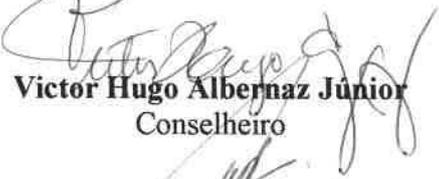
Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente



Franciane de Fátima Marques
Conselheira



Antonio José Maffezoli Leite
Conselheiro



Victor Hugo Albernaz Júnior
Conselheiro



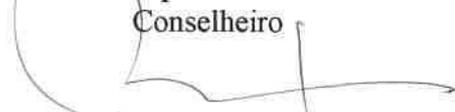
Willian Fernandes
Conselheiro



Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro



Noadir Marques da Silva Júnior
Conselheiro



Roque Jerônimo Andrade
Conselheiro



Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro